



Minuta da Acta nº 09/2006

Aos doze dias do mês de Julho de dois mil e seis, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, pelas dezassete horas, o Orgão Plenário do Conselho Local de Acção Social (CLAS) de Santa Maria da Feira.-----

A sessão iniciou com a Dra Manuela Coelho a informar os parceiros do novo Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de Junho, referente à regulamentação do Programa da Rede Social, informando os presentes que este Decreto irá regulamentar a Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro. -----

Seguidamente, a Dr.^a Manuela fez referência ao 3º Encontro Nacional da Rede Social, realizado este ano em Santarém no Centro Nacional de Exposições. O Encontro foi presidido pelo Sr. Ministro do Trabalho da Solidariedade Social, Dr. Vieira da Silva e teve como objectivos debater o papel das redes locais enquanto estruturas privilegiadas de informação e operacionalização do Plano Nacional para a Inclusão (PNAI) e divulgar o novo normativo da Rede Social. Relativamente ao novo normativo, o Decreto Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho, a Dr.^a Manuela referiu que este foi apresentado na parte da manhã, e que este consagra os actuais princípios, finalidades e objectivos da rede social, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos. Após esta apresentação seguiu-se o painel sobre o papel das autarquias e a Rede Social, no qual participaram as Autarquias de Caminha, de Torres Vedras e a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro. Da parte da tarde foi discutido o Plano Nacional para a Inclusão e a Sede Social pela coordenadora da Comissão Inter-Ministerial do PNAI, Dr.^a Fernanda Rodrigues, seguindo-se a sessão de encerramento do Encontro presidida pelo Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, Dr. Pedro Marques e pelo Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local. -----

A Dra Manuela questionou os presentes sobre se queriam informar os outros parceiros de algum assunto, posto que a D^a Fátima, representante da Casa Ozanam aproveitou para informar da abertura desta instituição no passado dia um de Julho. Informou ainda que dado não ter ainda valências em funcionamento, começou as suas actividades com Férias Desportivas para os jovens. -----

A representante da ANOP, Dra Maria José, informou da mudança de instalações da instituição, passando a sua sede para a R. Dr. Elísio de Castro, em Santa Maria da Feira. -----



De seguida passou-se à discussão do ponto dois da ordem de trabalhos, referente à emissão dos pareceres às candidaturas de instituições do Concelho, ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES). A Dra. Manuela Coelho começou por referir que tinham sido apresentadas treze candidaturas, e que decorrente desse processo era necessário o CLAS emitir parecer sobre cada uma delas. Para isso, informou que o Núcleo Executivo se tinha reunido no passado dia dez, para analisar as candidaturas e elaborar os pareceres agora a apresentar neste plenário. Referiu ainda que tendo em conta o Diagnóstico Social, foi considerado pelo Núcleo Executivo que todos os projectos apresentados são necessários para o desenvolvimento social do Concelho, e que desta forma, todas as candidaturas tinham parecer favorável. A Dra Catarina, em nome do Núcleo Executivo, explicou aos presentes, que conforme o Diagnóstico Social, a taxa de cobertura de cada um dos equipamentos sociais, para o concelho, encontrava-se muito abaixo da média distrital e em muitos casos abaixo da média dos Concelhos confluentes, o que foi um dos critérios tidos em conta na apreciação dos projectos. -----

Posto isto passou-se à apreciação dos pareceres já elaborados pelo Núcleo Executivo. A Dra Catarina fez uma breve introdução sobre os procedimentos efectuados para emissão dos pareceres, identificando cada um dos critérios que foram considerados na grelha de análise, assim como os critérios considerados na pontuação. Seguidamente foi apresentado um quadro síntese com a pontuação de cada uma das candidaturas, em cada um dos critérios, e a respectiva pontuação final. -----

O representante do Centro Social e Paroquial de Argoncilhe, Sr. Rogério, contestou o facto de todas as candidaturas terem a mesma pontuação no critério referente à valorização dos recursos humanos. -----

A Dra Manuela explicou que a mesma pontuação, se deveu ao facto de todas as candidaturas referirem os recursos humanos necessários a afectar e contratados de novo, para o funcionamento da valência. -----

A Dra Custódia, representante da Segurança Social, interveio dizendo que esta foi apenas a primeira fase deste Programa e que por isso, os projectos que não forem apoiados, dado a verba disponível não ser suficiente para as candidaturas apresentadas a nível nacional, poderão efectuar novas candidaturas. -----

O representante do Centro Social Pe. José Coelho, Sr. Celestino, questionou sobre a pontuação mais baixa dada às valências de Centro de Dia. -----



A Dr. Custódia, em nome do Núcleo Executivo, referiu que embora fosse uma valência necessária, não é considerada como prioritária, face ao Diagnóstico Social. A Dra Catarina, confirmou esta explicação, dando a conhecer as listas de espera das valências em candidatura, sendo o Centro de Dia, a que apresentava menor nº de utentes em espera. -----

A Dra Manuela referiu que algumas candidaturas poderiam estar melhor formuladas, uma vez que faziam mais do que aquilo que descreveram no formulário. O Sr. Rogério, do Centro Social e Paroquial de Argoncilhe, disse que o prazo tinha sido muito reduzido e que muitas instituições tinham tido dificuldades para elaborar a candidatura e conseguir todos os documentos pedidos. -----

Posto isto, a Dra Manuela, perguntou aos presentes se queriam pôr mais alguma questão, ou se poderiam passar à votação dos pareceres. Dado ninguém ter usado a palavra, passou-se à votação de cada parecer na globalidade. Assim, de trinta e sete presentes, o Centro Social e Paroquial de Argoncilhe absteve-se, e os restantes trinta e seis presentes, conforme a folha de presenças, votaram a favor dos pareceres emitidos pelo Núcleo Executivo.-----

O Presidente da Mesa questionou se havia mais algum assunto que quisessem apresentar à Mesa. Como ninguém usou da palavra, foi dada por terminada a sessão, e lavrada a presente acta, que depois de lida vai ser assinada por todos os presentes. Santa Maria da Feira, doze de Julho de dois mil e seis -----